



# As forças que movem as empresas em direção à Gestão de Gases de Efeito Estufa





## As forças que movem as empresas em direção à Gestão de Gases de Efeito Estufa (GEE)

As empresas no Brasil têm se mobilizado cada vez mais na área de sustentabilidade e sua participação em programas como o de Gestão de Gases de Efeito Estufa (GEE) é notório. Entre os principais objetivos das empresas ao participarem voluntariamente desses programas estão a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade empresarial, como o *Global Reporting Initiative* e *Caborn Disclosure Project*, a participação

na *Dow Jones Sustainability Index* e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa. Entretanto, esta mobilização ainda está restrita às grandes empresas. No desenvolvimento do nosso projeto, podemos perceber que se tratando de Pequenas e Médias Empresas (PME) brasileiras existem duas forças que buscam movê-las em direção à Gestão de GEE: a legislação e a demanda dos grandes clientes.





É evidente que a mais forte até o momento é a legislação. Atualmente, três estados obrigam a apresentação de inventários: Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. É interessante notar que muitas empresas de outros estados começam a considerar uma possível obrigatoriedade e se

interessam em saber mais sobre o assunto, participando de seminários e outros eventos. Entretanto, a maior demanda em buscar informações e atividades relacionadas ao assunto ainda vem de empresas que são obrigadas por lei a apresentar seus inventários.





Outro ponto que consegue a atenção das PME é a demanda de grandes clientes para que seus fornecedores realizem seus inventários. Esta demanda vem da necessidade de incluir o escopo 3 na publicação de seus inventários, melhorando a transparência de seus relatórios de sustentabilidade. Grandes empresas já sinalizam que, no futuro, irão exigir de seus fornecedores a apresentação dos inventários de GEE, inclusive porque estas informações são muito relevantes para futuros projetos de redução de emissões, realizados em conjunto com seus parceiros. Várias empresas já organizam eventos para incentivar seus fornecedores a fazerem seus inventários e, em

muitos casos, até fornecem suporte financeiro e consultoria para ajudar nesta etapa. Pelas informações que podem ser retiradas de um inventário e a análise feita sobre esses dados, podemos aferir que a gestão dos GEE realizada com o intuito de mitigar os problemas advindos da mudança climática, trará outros benefícios além da redução das emissões dos GEE para as PME. Apesar de tudo isso, nem todos os fornecedores respondem a esses chamados, mesmo sem custos para eles. Essa falta de interesse das PME mostra que essa força ainda não é suficiente para atingir os objetivos desejados.





Outra questão importante a ser considerada é que, embora no Brasil existam diversas iniciativas por parte de entidades não governamentais e associações de empresas com relação à realização dos inventários de GEE, não existe uma consolidação concreta desses esforços em relações às PME.

O governo lançou em 2012 os Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, que representa um compromisso da sociedade, setor público e privado, com a promoção de uma trajetória de desenvolvimento sustentável. O

objetivo dos Planos Setoriais é de nos adaptarmos a um cenário futuro, onde a intensidade de emissões de GEE por unidade de produto será tão importante quanto a produtividade do trabalho, a eficiência energética e outros fatores para definir a competitividade da economia.

Assim, a gestão das emissões de GEE das atividades produtivas e de serviços será uma ferramenta de melhoria da competitividade, num processo semelhante ao ocorrido na implantação dos sistemas de gestão no passado.





Podemos então observar que temos legislação específica que dispõe sobre objetivos, metas de redução do nível de emissões de GEE, métodos e inventários das emissões, planos setoriais, estratégias definidas, ações de instituições representativas dos diversos setores, o interesse das grandes empresas de incluir sua cadeia de valor neste processo, além de medidas e instrumentos de incentivo e de apoio financeiro e tecnológico para promover e difundir as melhores práticas que aliem competitividade e sustentabilidade através da eficiência no uso de energia e materiais, com redução das emissões de GEE. Precisamos, contudo, que todos esses instrumentos sejam

aplicados de forma coordenada e sinérgica de forma a maximizar os efeitos esperados nas empresas de todos os segmentos, sejam elas micro, pequenas, médias ou grandes. Diminuir a burocracia, facilitando o acesso a subsídios e financiamentos, são medidas de inclusão tanto quanto promoção da utilização de novas tecnologias e procedimentos operacionais, que irão racionalizar o uso de insumos e matérias primas e reduzir o desperdício e os resíduos. Precisamos também de vontade política para harmonizar os projetos, planos, programas e políticas públicas e privadas em prol da sustentabilidade, rumo à nova economia de baixo carbono, alta produtividade e grande eficiência.





## Os perigos de uma verificação feita pela obrigatoriedade da Lei



Pode-se notar que algumas empresas obrigadas por lei não têm o conhecimento nem procuram informações sobre o processo de elaboração de inventário. E quando questionadas por um órgão do governo, contratam um consultor que faz todo o inventário e depois o entrega pronto à empresa. As empresas simplesmente encaminham os dados para os órgãos públicos sem ter consciência do seu conteúdo, da importância ou mesmo da veracidade das informações que estão enviando. Muitas vezes, quem envia essas informações não é o responsável pelo inventário e este nem sabe para

que serve esse esforço ou como a empresa poderia se beneficiar com esse processo. Normalmente, é o consultor que fica responsável por apresentar todas as evidências no processo de verificação, chegando muitas vezes a ser evidente que os responsáveis da empresa não têm o menor interesse ou comprometimento no processo. Muitos gestores de empresas acreditam que os valores pagos pelas consultorias também correspondem à verificação dos inventários. É comum e esperado que nesta situação o consultor estará presente pois, no fim das contas, como o inventário foi totalmente realizado por ele, é o seu trabalho que estará sendo verificado.







desconhecem os motivos pelos quais realizam os seus inventários. A essência de um processo é a razão pelo qual ele é feito e a falta de resposta mostra a fragilidade desse sistema.

Se faz necessário fortalecer todos os elos dessa relação. O real engajamento da alta direção é condição primordial para que todos os colaboradores saibam

Um aspecto preocupante é que se o inventário é o primeiro passo para um processo muito maior e as empresas não estão engajadas desde o início, a base do processo está sendo construída em terreno instável. É impressionante a quantidade de empresas que quando questionadas,

a importância do processo para o sucesso da empresa e seu papel nesta engrenagem. Todos devem saber os reais motivos de se realizar a gestão das emissões dos GEE na empresa e quais os benefícios, para a empresa e para os colaboradores, da gestão consistente dos GEE.







Este quadro precisa mudar e no nosso trabalho enfatizamos os benefícios que as PME podem conseguir com esse processo, seja na redução de uso de insumos, redução dos resíduos gerados, modificação dos processos para outros menos emissores de GEE ou principalmente na questão da eficiência energética.

Todos os pontos são focados na redução dos gastos da empresa em seus processos. Outros benefícios

também serão possíveis, como a melhora da imagem da empresa, fidelização de clientes e obtenção de linhas de financiamentos que exigem a apresentação de inventários de GEE. Na nossa visão, o maior perigo de um inventário e sua verificação serem feitos só pela obrigatoriedade da lei, é a empresa perder a grande oportunidade de rever sua estratégia de sustentabilidade empresarial rumo à nova economia de baixo carbono.





## **A recessão técnica da economia brasileira e os impactos na Gestão de Emissões de GEE**

Em 2014, após apresentar PIB negativo em dois trimestres consecutivos, o Brasil entrou na chamada recessão técnica da economia. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a principal causa foi a diminuição dos investimentos. A pesquisa “Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI)” demonstrou que o faturamento real da indústria brasileira caiu em 2014 e que, com a dificuldade para intensificar o ritmo de operação, a indústria continuou demitindo. Isto provocou um cenário desfavorável para o fomento à Gestão dos Gases de Efeito Estufa pelas pequenas e médias empresas.

Empresas que já demonstravam interesse no assunto, e até mesmo já tinham preparado inventários em anos anteriores, a partir deste novo cenário preferiram recuar, aguardando um melhor momento para dar continuidade a esse assunto. Infelizmente, as questões ambientais em geral ainda são vistas pelas empresas como algo a mais a ser feito, com aumento dos custos, e não como algo a ser incorporado no seu processo. Essas questões deveriam ser encaradas como oportunidades de crescimento ou como fonte de informações relevantes aos processos produtivos que podem ser usados para uma gestão mais eficiente dos recursos.





Temos que, de alguma forma, evitar esse retrocesso, ainda mais no cenário atual, onde a crise ambiental e econômica é o foco principal. Para fazer frente às necessidades desta fase crítica, a criação de mecanismos indutores dessa nova prática se faz necessária. Sempre que a economia entra em recessão, esta é uma das primeiras áreas a sofrerem cortes. Isto não deveria acontecer, afinal, a sustentabilidade está engajada na manutenção de cenários favoráveis à produção e à economia, com

a prevenção de desastres e escassez de insumos.

Se nada for feito, enquanto esperamos melhores condições econômicas, corremos o risco de, ao invés de realizarmos investimentos para resguardar um futuro sustentável para a empresa e o meio ambiente, teremos que arcar com custos muito elevados para restabelecer o meio ambiente e arcar com os prejuízos econômicos decorrentes deste processo.

\* Estudo de caso publicado em novembro de 2014 no projeto ABNT/BID "Fomento à Gestão dos Gases de Efeito Estufa e à Verificação por Terceira Parte em Pequena e Médias Empresas no Brasil"

\*\* Para as empresas engajadas no assunto Gestão de emissões de GEE, a ABNT está na fase final de elaboração do Guia "Gestão de Gases de Efeito Estufa: pensando em carbono neutro" onde a empresa utilizará as informações dos inventários para atribuir melhorias no processo e consequentemente obter retorno econômico. Este será disponibilizado de maneira gratuita no site do projeto [www.abnt.org.br/ghg](http://www.abnt.org.br/ghg).





Isabel de Araujo Sbragia  
Analista Técnica - (+55 21) 3974.2322

Júlio Ricardo Jemio Sanchez  
Consultor Administrativo - (+55 21) 3974.2394

Renata Menezes Rocha  
Analista Técnica - (+55 21) 3974.2357

ABNT - atuando em todos os setores

[www.abnt.org.br/ghg](http://www.abnt.org.br/ghg)

